



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO n. 14/2020

Objeto: *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva predial, adaptações e serviços comuns de engenharia, nos imóveis existentes e futuros do TRT3, próprios ou alugados/cedidos, localizados na Região Sul de Minas, com fornecimento de serviços, de mão-de-obra, materiais e demais insumos.*

Recorrente: *Predial Tecnologia e Facilities Eireli*

1. RELATÓRIO

Predial Tecnologia e Facilities Eireli, CNPJ n. 36.306.738/0001-29, inconformada com sua inabilitação no Pregão Eletrônico 14/2020, manifestou interesse em recorrer, nos seguintes termos:

“Sra. Pregoeira, manifestamos intenção de recurso frente a nossa desclassificação, pois os quesitos de qualificação técnica foram atendidos, conforme iremos expor em nossas razões, podendo inclusive ser comprovado por diligência”.

A empresa não apresentou razões recursais.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Tempestividade

Conheço da manifestação da intenção de recorrer, por tempestiva, com base no art. 44 do Decreto n. 10.024/2019, bem como no item 20.3 do Edital, vez que interposta eletronicamente no dia 05/08/2020 às 14:43hs. A declaração do vencedor se deu às 14:07hs do dia 05/08/2020.

A recorrente não apresentou razões recursais.

Veja-se a opinião de alguns doutrinadores, acerca da ausência das razões recursais nos procedimentos licitatórios.

Para Jair Eduardo Santana “*exercida a faculdade recursal, nos termos vistos, pode o licitante (note-se que ele não está obrigado a tanto) fazer uso do oferecimento das razões respectivas. Ou seja, **interposto o recurso**,*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

ao licitante é dada a faculdade de ofertar razões, no prazo de três dias (a Lei 10.520/02 menciona tal prazo; o Decreto 5.450/05, idem, corrigindo uma inconsistência existente no decreto revogado: o 3.697/00. Tanto este decreto como o vigente Decreto 3.555/00, que cuida do Pregão Presencial, estabelecem o prazo como sendo de três dias úteis). Da mesma forma que o recurso é faculdade, as razões recursais possuem essa mesma nota tipificadora. O licitante pode ou não apresentá-las. E a sua falta não exime a Administração Pública do processamento do recurso. Ou seja, não será pela falta de razões recursais que o licitante não terá o seu recurso apreciado, conhecido e provido, se o caso. Pode ser que quando da apresentação dos motivos o licitante já tenha abordado o tema de sua irresignação de modo completo. Ou não. De qualquer modo, trata-se de uma faculdade". - grifamos. (SANTANA, Jair Eduardo. **Recurso no pregão – parte II**. Revista O Pregoeiro. Curitiba. Abril 2007. p. 12)

Segundo Marçal Justen Filho, "*assegura-se-lhe o prazo de três dias para apresentação de razões, mas essa previsão retrata uma simples faculdade – mais precisamente, trata-se de um ônus impróprio (para utilizar uma categoria desenvolvida pela Teoria Geral do Processo). Se o sujeito não encaminhar razões no prazo de três dias, a única consequência será a avaliação do recurso tendo em vista exclusivamente as razões enunciadas verbalmente*". (JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão - Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico**. 4. ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 153-154)

Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, expõe o seguinte: "*b. o licitante manifesta intenção de recorrer, mas no prazo legal não ingressa com as razões de recurso. Nessa hipótese o direito de recorrer não decaiu. Ao apresentar a motivação na sessão, o recorrente externou o seu inconformismo. Deve o pregoeiro, mesmo que no prazo legal não sejam juntadas as razões, examinar a questão e decidir fundamentadamente*". (FERNANDES, Jorge Ulysses Jacoby. **Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 534)

Assim, dado o posicionamento doutrinário acima citado, e também em razão do princípio da autotutela da Administração, resolve esta pregoeira conhecer do recurso, ainda que o recorrente não tenha apresentado suas razões no prazo legal.

2.2. Legitimidade e Interesse de agir



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Também neste ponto, conheço do recurso, já que a recorrente participou da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

3. MÉRITO

3.1. Da Inabilitação da Recorrente

Predial Tecnologia e Facilities Eireli foi inabilitada, pois a documentação apresentada não foi suficiente para comprovar a qualificação técnica da empresa.

Conforme parecer emitido pela SEGPRES (doc. 17084-2020-22), *“após análise da qualificação técnica da licitante, Predial Tecnologia e Facilities – Eireli, informamos que não fica comprovado, dentre os documentos encaminhados, execução de serviços em rede de dados pelos seus responsáveis técnicos e pela empresa, conforme solicitado nos Itens 7.9.3 e 7.9.4 do Edital e 7, letras c e d, do Termo de Referência, não preenchendo, assim, as exigências estabelecidas no PE 14/2020 para execução do objeto.*

Inconformada com sua inabilitação, a recorrente manifestou intenção de recorrer, arguindo o seguinte:

“Sra. Pregoeira, manifestamos intenção de recurso frente a nossa desclassificação, pois os quesitos de qualificação técnica foram atendidos, conforme iremos expor em nossas razões, podendo inclusive ser comprovado por diligência”.

Instada a se manifestar acerca do recurso, a área técnica assim se pronunciou, conforme doc. 17084-2020-31:

“Conforme informado, após a análise da qualificação técnica da licitante Predial Tecnologia e Facilities – Eireli, não ficou comprovada, dentre os documentos encaminhados, execução de serviços em rede de dados pelos seus responsáveis técnicos (qualificação profissional) e pela empresa (qualificação operacional), conforme solicitado nos itens 7.9.3 e 7.9.4 do Edital e 7, letras c e d, do Termo de Referência.

Os atestados de capacidade técnica apresentados, inclusive os que foram registrados no CREA, não são genéricos ou imprecisos, pois descrevem os serviços executados em cada um, identificando inclusive o local, fato que, sob nosso entendimento técnico, foi



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

conclusivo e objetivo. Dessa forma, não vislumbrou-se a necessidade de nenhum tipo de diligência complementar.

Informamos ainda que as Certidões de Acervo Técnico trazem em sua descrição quantos documentos estão associados a elas, identificando-os com selos emitidos pelo CREA. Esses documentos integram o atestado, são expedidos pelos contratantes da obra/serviço e contêm a descrição dos serviços realizados. E, dentre as que foram apresentadas pela licitante, nenhuma contemplou a execução de serviços relativos a rede de dados”.

Como se vê, sem razão a recorrente, uma vez que não ficou comprovado pela documentação anexada ao portal de compras juntamente da proposta, que a empresa atende aos requisitos de qualificação técnica exigidos no edital, não havendo que se falar, também, na realização de diligência complementar, haja vista que, conforme explicitado pela área técnica, as informações contidas nos atestados apresentados, registrados no CREA, são conclusivas e objetivas.

4. DA EMPRESA VENCEDORA

Foi declarada vencedora do Lote Único do PE 14/2020, a empresa *SR Engenharia e Comércio de Elétrica Eireli*, CNPJ 33.543.232/0001-45, conforme abaixo:

Lote 1			
Valor de Referência	Valor Arrematado	Valor Final	Percentual Obtido
R\$1.473.039,93 (para 30 meses)	R\$1.248.000,00	R\$1.247.266,21	0 % (A diferença obtida decorre de ajuste da proposta).

Considerando-se que o valor ofertado para o lote único é inferior ao estimado por este Regional, tem-se que a proposta está conforme quanto ao preço. A empresa está devidamente habilitada (docs. 17084-2020-25/26/27/28).

A área técnica emitiu parecer favorável à qualificação técnica da empresa (doc. 17084-2020-32).

O relatório da disputa, bem como a Ata da sessão encontram-se anexos ao e-PAD (doc. 17084-2020-30).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ressalte-se que, as empresas classificadas de primeiro a quarto lugar foram inabilitadas por não terem comprovado os requisitos de qualificação técnica exigidos no instrumento convocatório.

5. CONCLUSÃO

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** a Pregoeira **CONHECER** do Recurso interposto por *Predial Tecnologia e Facilities Eireli* e, no mérito, propor, s.m.j, que seja julgado improcedente, e mantida a decisão que inabilitou a recorrente, submetendo este expediente à apreciação superior para decisão.

Ao final, requer-se a adjudicação do objeto da licitação à empresa declarada vencedora e a homologação do certame pela autoridade superior, por regulares os atos praticados, nos moldes do art.45 do Decreto 10.024/19, e que, após, sejam devolvidos os autos à SELC para publicação da homologação no sítio licitações-e e no Diário Oficial da União, e demais providências que forem cabíveis.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2020

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira